



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ  
GABINETE DO PREFEITO

1

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 102/2025**

**CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O  
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ E A  
EMPRESA VOXCITY TECNOLOGIA  
LTDA.**

**O MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, sita a Av. Silvio Sanson, nº 1135, Centro, Guaporé-RS, inscrita no CNPJ sob nº 87.862.397/0001-09, neste ato representado por seu **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. ODAIR ANDRÉ ROSSETO**, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **VOXCITY TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 19.813.396/0001-14, estabelecida à Rua Gastão Bicca de Oliveira, nº 749, sala 01, centro, na cidade de Siderópolis/SC, cep: 88860-000, fone: 49-3521-0453, e-mail: [licitacao@voxcity.com.br](mailto:licitacao@voxcity.com.br), pelo seu representante infra-assinado, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2025, PROCESSO Nº 438/2025**, homologado em 17 de junho de 2025, firmam o presente instrumento particular de contrato, constante das seguintes cláusulas, nos termos e condições a seguir definidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente instrumento é a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO UNIFICADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE GUAPORÉ, COM SUPORTE TÉCNICO E TREINAMENTO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

**1.2.** Especificação detalhada do objeto:

Item	Quant.	Un.	Descrição	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	01	Un	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO UNIFICADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE GUAPORÉ/RS, COM SUPORTE TÉCNICO	180.000,00	180.000,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ  
GABINETE DO PREFEITO

2

		E TREINAMENTO -		VIGENCIA ANUAL	
<b>Divididos da seguinte forma:</b>					
1	1	UN	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE DA POPULAÇÃO	1.500,00	18.000,00
1	1	UN	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE DA POPULAÇÃO	1.500,00	18.000,00
1	1	UN	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL	1.500,00	18.000,00
1	1	UN	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO INFANTIL	1.500,00	18.000,00
1	1	UN	SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO	1.800,00	21.600,00
1	1	UN	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	1.800,00	21.600,00
1	1	UN	GABINETE DO PREFEITO - COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	131,25	1.575,00
1	1	UN	SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	131,25	1.575,00
1	1	UN	SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - DEPARTAMENTO DE FOMENTO ECONÔMICO	262,50	3.150,00
1	1	UN	SECRETARIA MUNICIPAL DO TURISMO - DEPARTAMENTO DE TURISMO E DIVULGAÇÃO DO MUNICÍPIO	262,50	3.150,00
1	1	UN	SECRETARIA MUNICIPAL DO TURISMO - DEPARTAMENTO CULTURAL E INCENTIVO ÀS PROMOÇÕES CULTURAIS	262,50	3.150,00
1	1	UN	SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E AÇÕES	525,00	6.300,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ  
GABINETE DO PREFEITO

3

			RELACIONADAS AO MEIO AMBIENTE		
1	1	UN	SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO – SERVIÇO DE TRÂNSITO	525,00	6.300,00
1	1	UN	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO	525,00	6.300,00
1	1	UN	SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA	525,00	6.300,00
1	1	UN	SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO – DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	575,00	6.900,00
1	1	UN	SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO - CONSELHO TUTELAR	575,00	6.900,00
1	1	UN	SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO - MANUTENÇÃO DA CASA DE ACOLHIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	575,00	6.900,00
1	1	UN	GABINETE DO PREFEITO	175,00	2.100,00
1	1	UN	GABINETE DO PREFEITO - CONTROLE INTERNO	175,00	2.100,00
1	1	UN	GABINETE DO PREFEITO - JUNTA DO SERVIÇO MILITAR	175,00	2.100,00

**1.3.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência.
- b) O Edital da Licitação.
- c) A Proposta do contratado.
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

**2.1.** A prestação de serviços de comunicação inclui a implementação e manutenção de soluções tecnológicas que englobam telefonia IP, ferramentas de colaboração e demais recursos voltados à integração dos meios de comunicação, os quais estão melhor descritos no Termo de Referência.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

4

**2.2. A implantação das soluções e serviços se dará conforme Termo de Referência, da seguinte forma:**

**2.2.1.** A implantação dos serviços deverá atender os prazos estabelecidos:

a) Alinhamento do projeto de implantação em até 5 dias após assinatura do contrato.

b) Conclusão da implantação em até 45 dias após o recebimento da ordem de compra/serviço.

**2.2.2.** Quanto aos materiais a serem disponibilizados:

a) A contratada deverá disponibilizar todos os equipamentos necessários para a instalação dos aparelhos IP.

b) É de responsabilidade da Contratada a instalação nos pontos indicados na reunião do projeto de implantação.

c) A contratante fornecerá o link de dados para a utilização da telefonia IP no Município.

**2.2.3.** A contratada deverá fornecer, além dos materiais, todos os recursos técnicos necessários, incluindo ferramentas e equipamentos apropriados para a perfeita execução dos serviços. Além disso, a empresa vencedora fica vinculada a:

a) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços comercializados, de acordo com a legislação vigente;

b) Manter todos os equipamentos e ferramentas necessárias para a entrega do serviço dentro do prazo estabelecido no presente Termo de Referência;

c) Quando cabível, a contratada deverá realizar o descarte dos resíduos decorrentes da execução da contratação, bem como a e/ou a logística reversa dos produtos.

d) Identificar adequadamente todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a evitar confusão com materiais pertencentes ao Município;

e) Cumprir as normas de segurança e disciplina estabelecidas pelo Município, zelando pela segurança dos equipamentos e sistemas utilizados;

f) Cumprir as normas legais vigentes em âmbito federal, estadual e municipal, bem como as normas de segurança da Secretaria Municipal solicitante;

**2.3. Os chamados para notificação de problemas serão realizados conforme Termo de Referência, da seguinte forma:**

a) A Contratante compromete-se a notificar a Contratada sobre quaisquer falhas, defeitos, ou interrupções nos serviços prestados, por meio da abertura de um chamado técnico junto ao sistema de atendimento da Contratada.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

5

b) A Contratante deverá abrir um chamado por meio da plataforma de suporte disponibilizada pela Contratada, informando detalhadamente o problema identificado, a data e hora de sua constatação, e qualquer outra informação relevante que facilite o diagnóstico e a solução.

c) O chamado deverá ser classificado pela Contratante conforme os níveis de criticidade definidos no Termo de Referência, incluindo informações sobre o impacto no serviço.

**2.4. A contratada deverá fornecer treinamentos aos usuários das soluções de comunicação, os quais se darão da seguinte forma:**

**2.4.1.** Conforme Termo de Referência, a empresa vencedora será responsável por ministrar treinamentos completos aos usuários finais da solução de telefonia IP, assegurando que todos compreendam plenamente o funcionamento e a correta utilização dos equipamentos instalados. Esse treinamento deverá ser realizado no momento da implantação da solução, garantindo que os usuários estejam aptos a operar os dispositivos de forma eficiente e sem dificuldades.

**2.4.2.** Deverá ser disponibilizado um manual, impresso ou digital, que contenha instruções detalhadas sobre o uso dos equipamentos, procedimentos básicos de solução de problemas e boas práticas operacionais. O material deve ser de fácil compreensão, permitindo que os usuários consultem informações essenciais sempre que necessário, contribuindo para a adoção e o uso adequado da tecnologia implementada.

**2.4.3.** Além do treinamento direcionado aos usuários finais, a empresa deverá oferecer uma capacitação específica para o gestor da solução de telefonia IP, com duração mínima de uma hora, com enfoque técnico e administrativo, abordando funcionalidades de gerenciamento, configuração de usuários, monitoramento do sistema, geração de relatórios, solução de problemas técnicos e estratégias para otimização do desempenho da solução.

**2.4.4.** Adicionalmente, a empresa fornecerá um treinamento abrangente para os usuários da ferramenta de chat, com duração mínima de uma hora, cobrindo tanto o uso cotidiano da ferramenta quanto as melhores práticas para sua implementação no ambiente corporativo.

**2.4.5.** Como alternativa, a empresa poderá disponibilizar os treinamentos no formato de vídeo, desde que os materiais sejam produzidos com clareza, detalhamento e linguagem acessível, facilitando a assimilação do conteúdo. Os vídeos devem estar permanentemente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

6

disponíveis para consulta, permitindo que os usuários revisem o conteúdo conforme necessário e solucionem dúvidas de maneira autônoma.

**2.5. As soluções a serem oferecidas pela contratada são: Solução de PABX ((Troca Automática de Ramais Privados); Licença de chat corporativo; Solução de comunicação automatizada com integração ao WhatsApp; Licença de Softphone; Serviço de telefonia móvel; Solução de discagem gratuita; Licença de disparador com 100 disparos mensais.**

**2.5.1.** Consta no Termo de Referência a descrição técnica detalhada de cada serviço/solução a ser disponibilizada, ficando a contratada vinculada a seu fiel cumprimento, independente de transcrição específica no contrato.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

**3.1.** O prazo de **vigência do presente contrato é até o dia 22 de junho de 2026**, a contar da data da emissão do mesmo, iniciando em 23 de junho de 2025.

**3.2.** O presente contrato é prorrogável para até 120 meses, na forma dos artigos 105 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, sendo o serviço enquadrado como continuado, tendo em vista o caráter essencial em sua prestação.

**3.3.** O índice de reajuste contratual dar-se-á conforme o IPCA/IBGE vigente à época.

### **CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

**4.1.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo do edital.

**4.2.** O modelo de gestão seguirá o constante no Decreto Municipal nº 7441/2023, de 28 de novembro de 2023.

**4.3.** Os gestores e fiscalizadores do contrato, serão nomeados através de portaria, conforme indicação constante no Termo de Referência:

**1 – Pela Secretaria Municipal da Administração:**

Gestor: Dorival Chiodi;

Fiscal: Sheila Filippi Chiela;

Suplente: Tâmi Polita Romanzini.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

7

**2 – Pela Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte:**

Gestora: Marcia Pez;

Fiscal: Marcos Scalco;

Suplente: Milene Bassani

**3 – Pela Secretaria Municipal de Obras e Viação:**

Gestor: Ivan Celestino de Souza;

Fiscal: Cássio Baggio Cover;

Suplente: Luis Fernando Pandolfo.

**4 – Pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação:**

Gestora: Edevandra Ecco Zeni;

Fiscal: Marilva De Bona;

Suplente: Natasha Dai Prai.

**5 – Pela Secretaria Municipal da Saúde – Centro Municipal de Saúde e Unidades Básicas de**

**Saúde:**

Gestor: Juliana Fossá Maschio;

Fiscal: Ivanete Ghiggi;

Suplente: Juliano Pandolfo.

**6 – Pela Secretaria Municipal de Educação – Escolas da Rede Municipal de Educação Infantil e**

Escolas da Rede Municipal de Educação de Ensino Fundamental:

Gestor: Gustavo Marques;

Fiscal: Bruna Luiza Brandt;

Suplente: Matheus André da Rosa Cruz.

**7 – Pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente:**

Gestor: Gabriel Sartori;

Fiscal: Fernanda Enderle;

Suplente: Matielen Andreola.

**8 - Pela Secretaria Municipal da Agricultura:**

Gestor: Cléber Civa;

Fiscal: Cássio Baggio Cover;

Suplente: Luis Fernando Pandolfo.

**9 – Pela Secretaria Municipal Trânsito:**

Gestor: Vilmar Luiz Viciniescki;

Fiscal: Ana Carolina da Silva Telles;

Suplente: Norton da Rocha Flores.

**10 – Pela Secretaria Geral de Governo:**

Gestor: Alexandre Luís Ceni;

Fiscal: Sofia Dal Bello da Silva;

Suplente: Letícia Paola Ribeiro.

**11 – Pela Secretaria Municipal Fazenda:**

Gestora: Neuza Zonatto;

Fiscal: Sandro Domingos Klipp da Rosa;

Suplente: Tarcia Masutti.

**12 – Pela Secretaria Municipal Coordenação, Planejamento e Desenvolvimento Econômico:**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

8

Gestor: André Gregianin Severo;  
Fiscal: Ana Paula Melati Kohl;  
Suplente: Cássio Valdimir Filipin.

### **CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**5.1.** A contratada somente poderá subcontratar parte dos serviços objeto deste contrato com a prévia e expressa aprovação do Órgão Contratante.

**5.2.** A contratada permanecerá solidariamente responsável por todas as obrigações e responsabilidades previstas neste contrato, independentemente da subcontratação.

**5.3. A subcontratação não exime a contratada da responsabilidade pelo cumprimento integral das condições contratuais.**

### **CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO**

**6.1.** O presente contrato possui o **valor de R\$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais)**, em conformidade com a proposta adjudicada, que integra o presente instrumento e que é de pleno conhecimento das partes.

**6.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO**

**7.1.** O pagamento será realizado mensalmente em até 15 (quinze) dias, mediante apresentação de documento fiscal, o qual será recebido e atestado pelo fiscalizador e encaminhado para procedimento de liquidação e pagamento, que dar-se-á através da **Conta Bancária: Banco: Bradesco, Agência: 345, Conta Corrente: 22434-0**, vinculada diretamente à conta empresarial conforme Decreto nº 7913/2025, de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, após a efetiva entrega do produto ofertado, após ateste do fiscal do contrato.

**7.2.** O documento fiscal da contratação deverá obrigatoriamente ser confeccionado de maneira individual para cada uma das dotações apresentadas no presente contrato, considerando que cada uma delas se refere a uma secretaria e departamento específico do ente público, cujo qual possui gestores, fiscais e suplentes distintos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

9

## **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 8.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.
- 8.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 8.3.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 8.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.
- 8.5.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.6.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.
- 8.8.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (se houver).
- 8.9.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 9.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

10

**9.1.1.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior;

**9.1.2.** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

**9.1.3.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**9.1.4.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

**9.1.5.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

**9.1.6.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

**9.1.7.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**9.1.7.1.** O contratante poderá solicitar que o contratado comprove que cumpre o exposto no inciso 9.1.7, a qualquer tempo.

**9.1.8.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

**9.1.9.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

**9.1.10.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

11

### **CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**10.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**10.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**10.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**10.4.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**10.5.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**10.6.** O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**10.7.** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento do item 10.6, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**10.8.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**10.8.1.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

12

**10.8.2.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**10.9.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**10.10.** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013, de 1º de agosto de 2013.

**11.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item anterior as seguintes sanções:

- a) advertência;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ  
GABINETE DO PREFEITO

13

**b)** multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

**c)** impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

**d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

**11.2.1.** A sanção prevista na alínea “a” do item 11.2 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na alínea “a” do item 11.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**11.2.2.** A sanção prevista na alínea “b” do item 11.2 será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 11.1.

**11.2.3.** A sanção prevista na alínea “c” do item 11.2 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 11.1.

**11.2.4.** A sanção prevista na alínea “d” do item 11.2 será aplicado ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 11.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do mesmo item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 11.2.3.

**11.3** As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 11.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

**11.4.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 11.2.

**11.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**11.6.** A aplicação das sanções previstas no item 11.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**11.7.** Na aplicação da sanção prevista na alínea “b” do item 11.2, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

14

**11.8.** Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 11.2, o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**11.9.** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**11.10.** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**11.11.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**11.12.** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**11.12.1.** A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “l” do item 11.2 do presente edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**12.1.** O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

15

**12.2.** O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**12.3.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**12.3.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**12.3.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**12.4.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.
- c) Indenizações e multas.

**12.5.** O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

**12.6.** O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

**12.7.** Quando da extinção, o fiscal ou o gestor deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

**12.8.** Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

**12.9.** Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

16

obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.

**12.10.** O contratante poderá ainda:

I. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

II. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

**12.11.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

**13.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

**13.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**13.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 01 (um) mês.

**13.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**14.1.** As despesas decorrentes da presente contratação onerarão a seguinte dotação orçamentária:

**02.01 - 2.005 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito**

3.3.90.40.14.00.00 - Telefonia Fixa e móvel – pacote de comunicações de dados - 6808



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

17

**Fonte de Recurso:** 1500 - Recursos não vinculados de impostos  
**Desdobramento da Fonte:** 01 – Recurso Livre- Adm. Direta Mun  
Valor: R\$ 2.100,00

**02.01 - 2.007 - Manutenção das atividades da Central de Controle Interno**  
3.3.90.40.14.00.00 - Telefonia Fixa e móvel – pacote de comunicações de dados - 8337  
**Fonte de Recurso:** 1500 - Recursos não vinculados de impostos  
**Desdobramento da Fonte:** 01 – Recurso Livre- Adm. Direta Mun.  
Valor: R\$ 2.100,00

**02.01 - 2.122 - Manutenção das Atividades da Junta do Serviço Militar**  
3.3.90.40.14.00.00 - Telefonia Fixa e móvel – pacote de comunicações de dados – 8338  
**Fonte de Recurso:** 1500 - Recursos não vinculados de impostos  
**Desdobramento da Fonte:** 01 – Recurso Livre- Adm. Direta Mun.  
Valor: R\$ 2.100,00

**02.02 - 2.008 – Manutenção da Coordenadoria M. Proteção e Defesa do Consumidor**  
3.3.90.40.14.00.00 - Telefonia Fixa e móvel – pacote de comunicações de dados - 6807  
**Fonte de Recurso:** 1500 - Recursos não vinculados de impostos  
**Desdobramento da Fonte:** 01 – Recurso Livre- Adm. Direta Mun.  
Valor: R\$ 1.575,00

**04.01 - 2.012 - Manutenção das ativ. da Sec. Mun. da Administração**  
**3.3.90.40.14.00.00 - Telefonia Fixa e Móvel – pacote de comunicação de dados – 5437**  
**Fonte de Recurso:** 1500 - Recursos não vinculados de impostos  
**Desdobramento da Fonte:** 001 – Recurso Livre Adm. Direta Mun.  
Valor: R\$ 21.600,00

**05.01 - 2.018 - Manutenção das Atividades da Secretaria M. Fazenda**  
3.3.90.40.14.00.00 - Telefonia Fixa e móvel – pacote de comunicações de dados - 5439  
**Fonte de Recurso:** 1500 - Recursos não vinculados de impostos  
**Desdobramento da Fonte:** 01 – Recurso Livre- Adm. Direta Mun.  
Valor: R\$ 21.600,00

**06.01 – 2.020 – Manutenção das Ativ. Depto. de Coordenação e Planejamento**  
3.3.90.40.14.00.00 - Telefonia Fixa e móvel – pacote de comunicações de dados - 5440  
**Fonte de Recurso:** 1500 - Recursos não vinculados de impostos  
**Desdobramento da Fonte:** 001 – Recurso Livre Adm. Direta Mun.  
Valor: R\$ 1.575,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

18

**06.02 – 2.022 – Manutenção das Ativ. Depto. de Fomento Econômico**

3.3.90.40.14.00.00 - Telefonia Fixa e móvel – pacote de comunicações de dados - 8336

**Fonte de Recurso:** 1500 - Recursos não vinculados de impostos

**Desdobramento da Fonte:** 001 – Recurso Livre Adm. Direta Mun.

Valor: R\$ 3.150,00

**07.02 - 2.029 - Manutenção do Ensino Fundamental**

3.3.90.40.14.00.00 - Telefonia Fixa e móvel – pacote de comunicações de dados – 5441

**Fonte de Recurso:** 1500 - Recursos não vinculados de impostos

**Desdobramento da Fonte:** 20 – MDE – Manutenção e Desenv. Ensino

Valor: R\$ 18.000,00

**07.02 - 2.031 - Manutenção da Educação Infantil**

3.3.90.40.14.00.00 - Telefonia Fixa e móvel – pacote de comunicações de dados - 5442

**Fonte de Recurso:** 1500 - Recursos não vinculados de impostos

**Desdobramento da Fonte:** 20 – MDE – Manutenção e Desenv. Ensino

Valor: R\$ 18.000,00

**08.01 – 2.042 – Manutenção das Ativ. do Depto. de Turismo e Divulgação do Município**

3.3.90.40.14.00.00 - Telefonia Fixa e móvel – pacote de comunicações de dados - 8334

**Fonte de Recurso:** 1500 - Recursos não vinculados de impostos

**Desdobramento da Fonte:** 001 – Recurso Livre Adm. Direta Mun.

Valor: R\$ 3.150,00

**08.03 – 2.045 – Manutenção do Depto. Cultural e Incentivo às Prom. Culturais**

3.3.90.40.14.00.00 - Telefonia Fixa e móvel – pacote de comunicações de dados - 8335

**Fonte de Recurso:** 1500 - Recursos não vinculados de impostos

**Desdobramento da Fonte:** 001 – Recurso Livre Adm. Direta Mun.

Valor: R\$ 3.150,00

**09.01 - 2.050 - Manutenção da Secr. Mun. Meio Ambiente e Ações Relacionadas ao meio Ambiente**

3.3.90.40.14.00.00 - Telefonia Fixa e móvel – pacote de comunicações de dados - 5443

**Fonte de Recurso:** 1500 - Recursos não vinculados de impostos

**Desdobramento da Fonte:** 01 – Recurso Livre- Adm. Direta Mun.

Valor: R\$ 6.300,00

**10.01 - 2.057 - Atenção Primária à Saúde da População**

3.3.90.40.14.00.00 - Telefonia Fixa e móvel – pacote de comunicações de dados - 5445

**Fonte de Recurso:** 1500 - Recursos não vinculados de impostos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

19

**Desdobramento da Fonte:** 40 – ASPS – Ações de Serviços Públicos de Saúde  
Valor: R\$ 18.000,00

**10.01 - 2.070 - Atenção Especializada à Saúde da População**

3.3.90.40.14.00.00 - Telefonia Fixa e móvel – pacote de comunicações de dados - 6806

**Fonte de Recurso:** 1500 - Recursos não vinculados de impostos

**Desdobramento da Fonte:** 40 – ASPS – Ações de Serviços Públicos de Saúde

Valor: R\$ 18.000,00

**11.02 - 2.083 - Manutenção do Departamento de Assistência Social**

3.3.90.40.14.00.00 - Telefonia Fixa e móvel – pacote de comunicações de dados - 5446

**Fonte de Recurso:** 1500 - Recursos não vinculados de impostos

**Desdobramento da Fonte:** 1195 – FMAS/Rep. Mun.

Valor: R\$ 6.900,00

**11.01 - 2.076 - Manutenção do Conselho Tutelar**

3.3.90.40.14.00.00 - Telefonia Fixa e móvel – pacote de comunicações de dados - 6804

**Fonte de Recurso:** 1500 - Recursos não vinculados de impostos

**Desdobramento da Fonte:** 01 – Recurso Livre- Adm. Direta Mun.

Valor: R\$ 6.900,00

**11.02 - 2.082 - Manutenção da casa de Acolhimento da criança e do adolescente**

3.3.90.40.14.00.00 - Telefonia Fixa e móvel – pacote de comunicações de dados - 6805

**Fonte de Recurso:** 1500 - Recursos não vinculados de impostos

**Desdobramento da Fonte:** 1195 – FMAS/Rep. Mun.

Valor: R\$ 6.900,00

**12.01 - 2.105 - Manutenção das Atividades da Secretaria M. Obras e Viação**

3.3.90.40.14.00.00 - Telefonia Fixa e móvel – pacote de comunicações de dados - 5447

**Fonte de Recurso:** 1500 - Recursos não vinculados de impostos

**Desdobramento da Fonte:** 01 – Recurso Livre- Adm. Direta Mun.

Valor: R\$ 6.300,00

**13.01 - 2.112 - Manutenção das Ativ. da Sec. M. Agricultura**

3.3.90.40.14.00.00 - Telefonia Fixa e móvel – pacote de comunicações de dados – 8333

**Fonte de Recurso:** 1500 - Recursos não vinculados de impostos

**Desdobramento da Fonte:** 01 – Recurso Livre- Adm. Direta Mun.

Valor: R\$ 6.300,00

**14.02 - 2.118 - Manutenção do Serviço Municipal de Trânsito**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

20

3.3.90.40.14.00.00 - Telefonia Fixa e móvel – pacote de comunicações de dados - 5448

**Fonte de Recurso:** 1500 - Recursos não vinculados de impostos

**Desdobramento da Fonte:** 01 – Recurso Livre- Adm. Direta Mun.

Valor: R\$ 6.300,00

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

**15.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

**16.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet e na sua imprensa oficial.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

**17.1.** As partes elegem como competente o Foro da Comarca de Guaporé/RS, com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

E por estarem justos e acertados, assinam o presente contrato em vias de igual teor e na presença das testemunhas abaixo, para que produza os efeitos legais.

Município de Guaporé/RS, 23 de junho de 2025

---

**VOXCITY TECNOLOGIA LTDA**  
**CONTRATADA**

---

**ODAIR ANDRÉ ROSSETTO**  
**CONTRATANTE**

---



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ  
GABINETE DO PREFEITO**

21

**LUIZ CARLOS FAVA  
ASSESSOR JURÍDICO  
OAB/RS 73.614**